

Grau de aplicação da contabilidade analítica é muito baixo

Ana Bela Teixeira, professora da ESCE do Politécnico de Setúbal, afirma que existem barreiras normativas à implementação da contabilidade analítica e lamenta que muitas áreas permaneçam «virgens» em termos de divulgação de informação.

Por **Nuno Dias da Silva**

Assumir como grande desafio nacional fazer no sector público uma normalização contabilística que se aproxime da transformação em curso em termos internacionais, à semelhança do que representa o SNC para as empresas, é o repto lançado pela professora da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal. Ana Bela Teixeira sugere, nomeadamente, alterações para a implementação cabal do POC-Educação, visando gerir de modo mais transparente o sector do ensino, desenvolvendo o fac-

tor comparabilidade. Sobre a escola onde lecciona define-a como «diferente», facto atestado pela relação especial promovida entre docentes e alunos, para além de possuir um grau de empregabilidade para recém-licenciados no limiar dos cem por cento e cultivar a permanente preocupação em reforçar a ligação com o meio empresarial da região. A este propósito, Ana Bela Teixeira salienta o êxito do curso de Simulação Empresarial, que permite unificar os saberes, conferido uma componente eminentemente mais prática ao ensino.



TOC - Doutorou-se em Novembro do ano passado pela Universidade Aberta com uma tese subordinada ao tema: «A Contabilidade como sistema de informação nas instituições do ensino superior em Portugal – O caso da Escola Superior de Ciências Empresariais». Qual foi o ponto de partida para a sua investigação?

Ana Bela Teixeira - Para começar apercebi-me que com esta investigação teria possibilidade de evoluir, servindo, ao mesmo tempo, a escola que represento e preenchendo os meus interesses pessoais, ao analisar, em detalhe, o sector público. Quando iniciei o estudo tinha a responsabilidade de implementar o POC-Educação e deparei-me com todas as dificuldades associadas a um novo sistema normalizador, onde se registavam deficiências várias, quer ao nível da informação, quer ao nível dos recursos humanos, etc. Tanto o POC-Educação como o POC-P eram uma normalização genérica sem condições de implementação integral e imediata, na medida em que havia procedimentos que não eram possíveis de executar por via de limitações internas das próprias instituições.

TOC - A que conclusões chegou com o seu estudo?

A.B.T. - Durante a investigação identifiquei muitas barreiras à implementação normativa da contabilidade analítica, ao contrário do que acontecia com a contabilidade orçamental. Constatei que é possível fazer-se o controlo da execução orçamental, mas não a gestão do

orçamento. A gestão do orçamento passa pela necessidade de se ter um modelo de contabilidade analítica que funcione e que permita calcular o custo das actividades. Para tal,

PERFIL



Ana Bela Teixeira exerce funções como docente na ESCE há 14 anos, depois de uma longa experiência profissional no departamento de planeamento e controlo de gestão de uma empresa de produtos químicos. É doutorada em Gestão de Empresas, especialidade em Contabilidade pela Universidade Aberta, mestre em Finanças Empresariais, licenciada em Controlo Financeiro e bacharel em Contabilidade e Administração. Actualmente é membro eleito do conselho técnico científico e do conselho de representação do mesmo estabelecimento de ensino integrado no Instituto Politécnico de Setúbal. É a coordenadora científica da pós-graduação em Contabilidade Pública. No domínio da investigação esta técnica oficial de contas é autora de diversas publicações e comunicações. Foi vogal na Comissão da Regulação de Estágios e Exames da CTOC, criada em 2001.

precisa de se conhecer e aplicar melhor o normativo e definir padrões que possibilitem a comparabilidade.

TOC - O que falta fazer para implementar a contabilidade analítica?

A.B.T. - É necessário introduzir um trabalho de definição prévio, discriminando a informação específica da escola e a aplicação do POC-Educação, de modo a que seja possível comparar ao nível do ensino a eficácia e a eficiência de como foi gerida a instituição em comparação com outras similares. Contudo, para já não acho viável esta hipótese, visto que não estão estabelecidos requisitos de divulgação da informação que permitam a comparabilidade. Foram avançadas sugestões, nomeadamente para ultrapassar uma das dificuldades de aplicação do POC-Educação, que passam por estipular o tempo repartido nas diversas actividades, organizando melhor a informação, nomeadamente nas áreas de ensino, investigação, prestação de serviços, etc. Só depois de introduzidas estas alterações é que será possível fazer a gestão do sector do ensino, que é um dos objectivos do POC-Educação.

TOC - Como é que avalia o grau de maturidade da investigação científica em Portugal?

A.B.T. - Ainda há muito trabalho pela frente. Mesmo que já tenhamos muita investigação feita, ela continua a ser desenvolvida e protagonizada por poucos. O recente Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses mostra que há um desfasamento entre a informação recolhida na área da educação e das autarquias. Há áreas praticamente “virgens” em termos de divulgação de informação. Tenho sérias dúvidas que a maioria das instituições

aplique a contabilidade analítica, ou seja, parte da obrigatoriedade da divulgação não está a ser feita, impedindo qualquer margem de comparabilidade.

TOC - Antes mesmo do seu doutoramento coordenou um estudo sobre a importância da contabilidade analítica na tomada de decisão no sector público, privado e cooperativo. Que principais ilações retirou?

A.B.T. - Em 2005 concluiu-se que o distrito de Setúbal carecia de oferta formativa da ESCE em termos de contabilidade analítica. Também no âmbito das instituições com fins lucrativos a contabilidade analítica tem um percurso muito longo a cumprir, dado que as grandes empresas industriais aplicam-na, enquanto as de pequena dimensão não. A maior parte limita-se a cumprir os requisitos mínimos legais. Actualmente tenho uma equipa que trabalha comigo e que pretende, através de um projecto de investigação, fazer uma abordagem por área do sector público. Numa parte da investigação, entretanto terminada, verificou-se que mesmo no POCAL a implementação da contabilidade analítica, no distrito de Setúbal, é ainda muito reduzida.

TOC - O distrito de Setúbal pode considerar-se uma amostra do que é a realidade a nível nacional?

A.B.T. - Ao nível do ensino posso garantir que genericamente o grau de implementação é muito baixo. Em termos do POCAL não posso generalizar, visto que não tenho os dados todos.

TOC - Mais de 90 por cento dos alunos da ESCE arranjam emprego em menos de um ano. Quer isto significar o prestígio desta escola?

A.B.T. - É um indicador muito positivo. Posso dizer que nos licenciados em Contabilidade e Finanças o grau de empregabilidade está próximo dos 100 por cento. Este nível de inserção laboral faz com que sintamos orgulho do nosso esforço colectivo.

No primeiro ano do curso o desafio prioritário a travar por nós, docentes, é formar equipas e envolver a turma no projecto. Esta lógica diferencia-nos de todas as outras escolas

Para além do mais estamos inseridos num distrito com dificuldades várias, nomeadamente em termos de qualificação. As lacunas de aprendizagem são muitas e a média de entrada, pese embora ter melhorado, ainda é baixa, o que obriga a um esforço suplementar dos docentes. O espírito mobilizador da escola é que todos são capazes de aprender, desde que haja meios e confiança.

TOC - Num distrito em dificuldades a ESCE tem procurado fomentar o estreitar da relação entre o meio empresarial e a academia?

A.B.T. - Temos uma grande proximidade com o tecido empresarial. Verificamos que muitos

dos nossos estudantes também são trabalhadores. As empresas do distrito de Setúbal tinham um défice crónico na qualificação dos seus recursos humanos. Muitas delas têm promovido estágios para a nossa escola. Só o curso de Contabilidade e Finanças é que não tem estágio curricular, simplesmente porque optou pela Simulação Empresarial, experiência que partilha com o ISCA de Aveiro, pioneiro nesta vertente.

TOC - Em que moldes está projectado o curso de Simulação Empresarial?

A.B.T. - Esta experiência substituiu o estágio curricular porque esta última vertente não permitia testar se o nosso ensino ao nível da Contabilidade e das Finanças preparava os alunos para o mercado de trabalho. Por isso optámos pela Simulação Empresarial que funciona com 15 horas presenciais em sala, privilegiando o trabalho de equipa. Nesta fase percorre-se todas as etapas, desde a criação até ao encerramento da empresa, passando pelo processo negocial, prestação de contas e elaboração de documentos de síntese, etc. Com este método intensificámos a ligação ao tecido empresarial.

TOC - Como avalia a qualidade e a vocação dos alunos que passam pelas suas aulas?

A.B.T. - Como em todos os estabelecimentos, temos alunos com mais ou menos vocação. Uns sabem concretamente por que é que escolheram o curso e outros entraram porque simplesmente este é um dos cursos que coincide com a sua média de entrada.



Agora quero frisar que há algo que nos distingue. «Somos uma escola diferente» é o lema que tem vindo a acompanhar esta escola. E para ser franca, acho que somos mesmo. Por múltiplas razões. O contexto sócio-económico onde nos inserimos, o facto de a maioria dos docentes não serem académicos de raiz e terem uma experiência profissional prévia em empresas, etc. Criámos um espírito assente na premissa que a escola é de todos e são todos que levam este projecto para a frente. No primeiro ano do curso o desafio prioritário a travar por nós, docentes, é formar equipas e envolver a turma no projecto. Esta lógica diferencia-nos de todas as

outras escolas. Este espírito tem-se mantido o que reforça a ligação entre docentes e alunos. Isto faz com que o aluno, mesmo que o curso que frequenta não seja o da sua vocação, passe a gostar da escola.

TOC - Mas, como em tudo, há exceções...

A.B.T. - Quando observamos alunos inclinados a sair do processo, fazemos tudo para os voltar a ter de volta e aumentar a proximidade relativamente a eles. Os gabinetes dos docentes desta casa encontram-se sempre abertos. Mais importante do que lançar uma nota e anunciar que o aluno está

aprovado, é informá-lo pessoalmente por que é que ele reprovou. E isto é ainda mais importante se o aluno que falhou a aprovação for assíduo nas aulas e estiver envolvido no processo de trabalho. É esta vertente pedagógica de que não abdicaremos.

TOC - Numa altura em que se fala em facilitismo no ensino, um dos pontos de honra da instituição é promover um padrão de grande exigência?

A.B.T. - Não abdicaremos dessa fasquia. Sabemos que a forma de continuar a prestar um serviço à cidade, ao distrito e ao país é exigindo o crescimento perma-

Instituto Politécnico
de Setúbal



ESCOLA
SUPERIOR DE
CIÊNCIAS
EMPRESARIAIS



nente. Não é dando de mão beijada que contribuímos para uma escola melhor, mas é exigindo que se atinge altos patamares de qualidade. Sem os valores do esforço e do brio os alunos não sairão dignificados quando abandonarem esta escola. Um padrão assente na exigência é que distingue e reconhece as escolas que são de referência das outras.

TOC - De que maneira procura incutir os padrões da consciência ética e responsabilidade da profissão numa altura conturbada e de grande volatilidade em termos de valores?

A.B.T. - Essa é uma temática que começa a ser trabalhada logo no primeiro ano dos cursos. Procuramos, desde cedo, introduzir, o espírito deontológico porque achamos que isso interfere no percurso académico do aluno, tornando-o mais adulto e responsável no processo de aprendizagem. Os alunos estão bem cientes da importância que assume para a profissão o conhecimento das regras da ética e deontologia. Visto que agora as nossas turmas são constituídas por alunos mais jovens, torna-se mais difícil transmitir essa mensagem, visto que existe maior tendência para a rebeldia e um enorme desejo de afirmação.

TOC - O maior mediatismo das matérias relacionadas com a Contabilidade e Finanças tem levado a um aumento da procura e do interesse por parte dos alunos?

A.B.T. - Há uns anos atrás um curso de Contabilidade era encarado como uma técnica, pouco reconhecida em termos

profissionais. Neste momento, tenho de louvar o papel da OTOC, anteriormente CTOC, enquanto entidade reguladora da profissão, na projecção e dignificação desta carreira. Valha a verdade que a redefinição das estruturas ao nível do ensino, especialmente a abertura aos politécnicos, conferiu-lhe outro fôlego. A Contabilidade e as Finanças estão suficientemente articuladas para que possamos dizer que são ciências preparadas para grandes desafios. Em Portugal há muito por fazer, nomeadamente no sector público. A Contabilidade faz a diferença a vários níveis, nomeadamente nas empresas. Neste momento é um grande desafio nacional fazer, no sector público, uma normalização que nos aproxime da internacionalização contabilística ou que seja absorvida por esta última, um pouco à semelhança do que representa o SNC para as empresas.

TOC - Como antevê o futuro da profissão?

A.B.T. - É uma profissão com futuro e determinante, especialmente no sector público. O TOC tem a possibilidade de partilhar no sector público toda a experiência acumulada ao nível do ensino e da formação que lhe é ministrada. Estou em crer que o seu *know how* poderá permitir a passagem do controlo do orçamento para a gestão do orçamento.

TOC - Como é que tem sido a adaptação da classe ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

A.B.T. - Eu preciso do SNC, mas não o lecciono sistematicamente

visto que as minhas áreas de ensino são a contabilidade pública e analítica. Agora não tenho dúvidas que temos de nos aproximar deste contexto internacional. Acabou o tempo de estarmos sós e fechados ao mundo exterior. O sector público tem de acompanhar esta adaptação que as nossas empresas já estão a sofrer.

TOC - O SNC é um modelo assente em princípios. Acha que a realidade patrimonial fica mais fielmente reflectida?

A.B.T. - Não tenho dúvidas. Estamos numa fase de adaptação e transferência de saberes, em que ainda se procura ver o paralelismo entre o SNC e o POC. Um facto incontornável é que o SNC é mais flexível e exige uma maior capacidade e preparação dos TOC visto que a regra exige decisão na aplicação.

TOC - Os seus alunos, os profissionais do amanhã, têm sido alertados nas aulas que a parte mais fácil das suas vidas de estudante é agora, e que o mais árduo, fruto da actualização permanente, virá posteriormente?

A.B.T. - Essa é uma mensagem que passamos regularmente. Eles sabem que isto é o início de uma longa caminhada de estudo. A Simulação Empresarial, como atrás enunciei, é um dos maiores desafios da nossa escola no domínio da Contabilidade e Finanças. A aprovação em unidades curriculares isoladas, por vezes não permite o conhecimento integrado e articulado que só é obtido verdadeiramente na Simulação Empresarial, etapa que funciona como uma espécie de unificação de saberes.